

A propósito de “Por que não escrevo História Contemporânea”

Orlando de Barros

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e pós-doutor pela Università Degli Studi Tor Vergata, Roma.

“Porque não escrevo História Contemporânea”, de José Honório Rodrigues, escrito em 1973, no número 10 de uma revista mimeografada de um conglomerado privado de faculdades, é um texto soberbo e venerável, que não deixa de aludir à precariedade cultural e científica brasileira, há quarenta anos passados. Tal precariedade é aqui tratada como um tema paralelo ao principal, as dificuldades de diversos tipos que os historiadores encontram para escrever a história contemporânea do Brasil.

Observa-se que o modo de produção deste texto está explicitamente datado, seja pelas circunstâncias históricas vividas pelo autor na ocasião, seja pelo espírito do tempo, interno e externo, embora muito do que ali aparece, sobretudo a denúncia das mazelas, se tenha estendido pelas quatro décadas que nos separam de sua feitura. Em 1973, José Honório Rodrigues já tinha consolidado uma respeitável reputação, como historiador, escritor e jornalista. Era então membro da Academia Brasileira de Letras e havia desempenhado papéis de destaque como gestor de importantes institutos públicos de coleções documentais, na Biblioteca Nacional, no Itamaraty e no Arquivo Nacional, neste último como diretor, entre 1958 e 1964.

Em 1981, Rodrigues declararia a um jornal carioca que sua posição política era a de um “liberal socialista”, o que nos faz crer, pelo quanto conhecemos dele, que oito anos antes, quando escreveu o referido texto, ele já estava mais que firme em suas convicções de social democrata. E isso representava muito na ocasião, pois em 1973 ainda estava em curso o governo de Garrastazu Médici, o auge da ditadura militar, da repressão política e da censura prévia aos jornais. Certamente que as circunstâncias políticas o obrigaram a olhar em perspectiva a História Republicana e reparar nos percalços que atormentaram os historiadores que quiseram escrever a história contemporânea do Brasil.

À primeira vista, poder-se-ia supor que os historiadores brasileiros preferissem tratar de época mais antiga para minimizar os riscos políticos, e isso se dizia realmente.

Mas o autor cita vários deles que não só escreveram História contemporânea, como “história atual”, como José Maria Belo, Nelson Werneck Sodré, Leôncio Basbaum, Cruz Costa, e ainda outros, que venceram o temor de julgar os poderosos. Talvez a questão fosse outra, de caráter metodológico, posto que José Honório registra que as universidades eram então deficientes no que concerne aos instrumentos de trabalho e de pesquisa, sendo que os departamentos de História das antigas Faculdades de Filosofia, com raras exceções, “foram desde o começo domínios reservados da mais absoluta e endurecida insciência e infecúndia”.

Coincidentemente, quando o texto foi escrito, as universidades recebiam alento para superar muitas de suas dificuldades de origem. A pós-graduação, que era então pioneira e restrita, recebia apoio do governo, em recursos e incentivos. No ano seguinte, José Honório Rodrigues começou o seu curso de historiografia no mestrado de História da Universidade Federal Fluminense. Alguns anos depois trocava a Fluminense pela Federal do Rio de Janeiro. Nesse mesmo tempo, as universidades procuravam implantar rapidamente seus cursos de pós-graduação e elevar a qualidade dos demais cursos. Assim, do ponto de vista dos aspectos teóricos e metodológicos, os anos vindouros superariam em muito as deficiências apontadas pelo autor do “Porque não escrevo História Contemporânea” no meio universitário, graças, sobretudo, ao efeito multiplicador da pós-graduação, da qual José Honório foi um pioneiro, no âmbito carioca.

Mas se José Honório se decidiu por não escrever História Contemporânea não foi exatamente pelo temor de desagradar os governantes, embora ele considerasse a falta de liberdade de criação e de pensamento um fator limitador essencial. Ele considera que a História Contemporânea não tem natureza distinta das demais, exceto pelo maior risco de ser superficial, por não enxergar a totalidade da ação humana no seu complexo de conexões, que é com que se constrói uma visão de conjunto. De fato, ela tende a se limitar à curta duração, aproximando-se da crônica ou do jornalismo. Mas o que impede mesmo José Honório são as limitações de caráter metodológico.

Para ele, o Brasil é um país de baixa consciência histórica, especialmente na República, que tem permitido a destruição em massa de documentos oficiais, ou sua dispersão, resultado de uma continuada política nacional de arquivamento da documentação pública. Os arquivos sofrem com as deficiências materiais e falta de recursos, os ministérios deixaram de publicar regularmente os relatórios, a produção da massa documental segue sendo imensa e sua seleção impunha normas e procedimentos

técnicos que eram simplesmente desconhecidos no Brasil. Para embasar o raciocínio, revela dados impressionantes sobre o volume da guarda de documentos oficiais nos Estados Unidos e Reino Unido, para efeito de comparação com o caso brasileiro. Assim, boa parte da documentação essencial ao historiador do período republicano desapareceu completamente ou se apresenta incompleta e lacunosa.

A outra dificuldade vem da ação dos governos, historicamente alienados, desinteressados, temerosos do julgamento de suas ações, ou por quererem adiar ao máximo o exame dos papéis que produziram. A posição governamental tem sido a da desinformação, do cochilo, do segredo, da alienação pública, da soberba e do desprezo: “Informar para que, se não tem de dar informações a ninguém?” Na contramão desse estado de coisas, diga-se que José Honório procurou, quando diretor do Arquivo Nacional, em 1961, instituir um movimento positivo, quando conseguiu do presidente Juscelino Kubitschek que o arquivo de sua presidência ficasse à disposição dos estudiosos.

Se for verdade que muita coisa mudou nos anos que nos separam da publicação do artigo de José Honório Rodrigues, e penso que, no geral, muito positivamente, ainda seguimos a nos desavir com muitas das mazelas ali apontadas. E, assim, o texto continua muito importante para os dias que correm como um elemento de crítica e de reflexão para os que se debruçam sobre os documentos da História recente do país.